



Ricardo Negrão | Membro fundador do IT4Legal quer estudantes de Direito despertados para as tecnologias de informação ligadas ao mundo jurídico.

SOCIEDADES

Melhor ligação on-line à Justiça ajudaria advogados a gerir prazos

Grupo de especialistas estuda e partilha informação sobre tecnologias de informação

JOÃO MALTEZ
jmaltez@negocios.pt

É preciso criar condições para que as plataformas informáticas dos profissionais jurídicos possam ligar-se ao sistema de informação do Ministério da Justiça. Quem o defende é Ricardo Negrão, fundador do IT4Legal e director informático da PLMJ, considerando, em declarações ao **Negócios**, que desse modo o papel dos advogados, nomeadamente quando está em causa a necessidade de cumprir prazos legais, ficaria bem mais facilitado.

“No caso da sociedade onde trabalho, desenvolvemos recentemente uma ferramenta para gestão de prazos. Era bem mais simples que essa ferramenta fosse integrada nas aplicações do Ministério da Justiça. Tal implicaria alterações em ambos os sistemas, mas era um caminho”, argumenta Ricardo Negrão.

O mesmo responsável lembra aliás que, na administração do Estado, já existem canais de comunicação que podem servir de exemplo. “Se hoje o Ministério das Finanças quiser accionar um processo contra um contribuinte, pode fazê-lo direc-

tamente através da interacção entre a sua aplicação informática e a do Ministério da Justiça”, observa.

É na procura de soluções como a que propõe que se centra parte do trabalho do IT4Legal – um grupo informal dedicado à partilha e divulgação de saberes acerca de sistemas de informação nas sociedades de advogados. Mas não só.

“Enquanto grupo, o nosso objectivo é discutir a possibilidade do uso das tecnologias de informação por todos os profissionais jurídicos, que não apenas os advogados, de modo que possam atingir os seus objectivos da melhor forma, num mundo que cada vez é mais digital”, explica o interlocutor do **Negócios**.

Chegar ao Porto e às universidades

Se o IT4Legal começou por dedicar-se quase em exclusivo ao que é feito ao nível dos sistemas de informação nas sociedades de advogados, e sobretudo as de média e grande dimensão, a intervenção que entre tanto desenvolveu alargou horizontes e, segundo Ricardo Negrão, não deverá ficar por aqui.

“Só faz parte do grupo quem trabalha numa sociedade de advoga-

Produtividade e segurança no 3.º fórum do IT4Legal



O Museu da Electricidade será palco esta quarta-feira do 3.º Fórum anual do

IT4Legal, grupo que se dedica ao estudo dos sistemas de informação nas sociedades de advogados. Ao longo do encontro estarão em debate três temas, o primeiro dos quais centrado na produtividade da advocacia societária. Terá como oradores os advogados Rogério Alves, Pedro Rebelo de Sousa e João Afonso Fialho. O segundo painel prende-se com a questão da segurança on-line – inspirado no caso que opôs o BPI e uma empresa de Braga vítima de burla informática. Participam o docente Nuno Garoupa, Paulo Moniz (da EDP) e Paulo Guedes (do BES). Por fim, numa videoconferência internacional, com ligações a Barcelona, Paris e Londres, será debatida a figura do “advogado digital”.

dos ou quem é um profissional forense. Não podemos ter fornecedor de tecnologias de informação. Aliás, a adesão ao grupo é feita em exclusivo através do LinkedIn, de modo que possamos ser selectivos. Hoje temos pessoas sobretudo de Lisboa, mas pretendemos fazer um evento no Porto, para que possamos ganhar uma dimensão mais nacional”, argumenta o fundador do IT4Legal.

Actualmente, a Ordem dos Advogados e o Ministério da Justiça estão representados no grupo, além de grandes, médias e pequenas sociedades de advogados. O objectivo é também alargar o âmbito de participação a professores universitários e estudantes.

“Admito que os alunos saem das faculdades de Direito com óptimas capacidades em Direito, não tenho capacidade para o avaliar. Mas chegam aos locais de trabalho e têm um choque tremendo com as ferramentas que têm de utilizar. Alógica de trazeremos os professores de Direito para o IT4Legal é no sentido de pelo menos tentar que também estejam despertados para esta realidade”, conclui Ricardo Negrão.